

**A Produção Científica sobre a Convergência da Contabilidade Pública no Brasil:
Uma Revisão Sistemática no Período 2008-2020**

**Scientific Production on the Convergence of Public Accounting in Brazil:
A Systematic Review in the Period 2008-2020**

**Producción Científica sobre la Convergencia de la Contabilidad Pública en Brasil:
Una Revisión Sistemática en el Período 2008-2020**

Raizza Cristina de Oliveira Baptista
Universidade de Brasília

Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília

Resumo

O presente estudo teve por objetivo identificar as contribuições da produção científica brasileira, considerando as regiões geográficas, sobre a convergência da Contabilidade Pública no período 2008-2020, fazendo uso da base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e de anais de congressos nacionais da ciência contábil. Para tanto, procedeu-se um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, de norte revisional sistemático. Foram analisados 87 artigos, sendo 34 artigos de revistas e 53 artigos de congressos. Os resultados apontaram que 11 artigos possuíam relevância internacional, sendo a temática de estudo mais evidente a convergência às *International Public Sector Accounting Standards*, e a temática de estudo menos evidente o custo no setor público. Concluiu-se que se tem elevada concentração da produção científica nas normas supramencionadas/Contabilidade Pública no eixo Sul-Sudeste-Centro-Oeste brasileiro. Nesse sentido, novos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade no Norte brasileiro devem contar com o apoio de vieses acadêmicos mais consolidados em prol da ampliação das pesquisas em Contabilidade Pública na região em questão.

Palavras chave: Contabilidade Pública. Convergência. Setor Público.

Abstract

This study aimed to identify the contributions of Brazilian scientific production, considering geographic regions, on the convergence of Public Accounting in the period 2008-2020, using the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel and annals of national congresses of accounting science. For that, a qualitative, exploratory and descriptive study, with systematic revisional north, was carried out. 87 articles were analyzed, 34 articles from journals and 53 articles from congresses. The results showed that 11 articles had international relevance, with the most evident thematic of study being the convergence to the *International Public Sector Accounting Standards*, and the least evident thematic of study being the cost in the public sector. It was concluded that there is a high concentration of scientific production in the aforementioned norms/Public Accounting in the South-Southeast-Midwest of Brazil. In this sense, new Accounting Graduate Programs in the North of Brazil should count on the support of more consolidated academic biases towards the expansion of research in Public Accounting in the region in question.

Keywords: Public Accounting. Convergence. Public sector.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo identificar los aportes de la producción científica brasileña, considerando regiones geográficas, sobre la convergencia de la Contaduría Pública en el período 2008-2020, utilizando la base de datos de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior y anales de congresos nacionales de ciencias contables. Para ello se realizó un estudio cualitativo, exploratorio y descriptivo, con revisión sistemática del norte. Se analizaron 87 artículos, 34 artículos de revistas y 53 artículos de congresos. Los resultados mostraron que 11 artículos tenían relevancia internacional, siendo la temática de estudio más evidente la convergencia a las Normas Internacionales de Contabilidad del Sector Público y la temática de estudio menos evidente el costo en el sector público. Se concluyó que existe una alta concentración de producción científica en las referidas normas/Contaduría Pública en el Sur-Sureste-Medio Oeste de Brasil. En este sentido, los nuevos Programas de Posgrado en Contaduría en el Norte de Brasil deben contar con el apoyo de sesgos académicos más consolidados hacia la expansión de la investigación en Contaduría Pública en la región en cuestión.

Palabras clave: Contabilidad Pública. Convergencia. Sector público.

1 Introdução

A principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de investimentos e na avaliação do risco de suas transações é a contabilidade. Com diferentes linguagens, o *International Accounting Standards Board* (IASB) possui a missão de desenvolver padrões advindos da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) que promovam, mundialmente, junto aos mercados financeiros, as ações de transparência, responsabilidade e eficiência (Niyama & Silva, 2021).

Em prol do desenvolvimento e da facilitação da adoção de padrões contábeis internacionais de alta qualidade tem-se, em outubro de 1977, a criação da *International Federation of Accountants* (IFAC). Posteriormente, em 1987, foi criado o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) – responsável pelo desenvolvimento das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), cujo objetivo é a melhoria da elaboração de demonstrações contábeis no setor público, estabelecendo regras de reconhecimento, mensuração, divulgação das transações e eventos contábeis.

A Contabilidade Pública internacional tem como fim a harmonização dos padrões e o alinhamento de práticas e procedimentos contábeis para os entes públicos. Nesse ínterim, a convergência às normas internacionais no setor público é fundamental para que eventuais questões políticas e governamentais sejam identificadas e equacionadas via avaliação consistente e técnica (Nascimento, 2008).

No Brasil, em 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), para melhor fiscalizar e regulamentar a profissão contábil. Em comparação às outras nações latino-americanas, o Brasil apresenta-se como a nação que possui o mercado de capitais mais sólido (Brunozi, Ott, Coelho, Menegat, & Webber, 2017).

Em novembro de 2008, foram aprovadas, em plenário, pelo CFC, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), migrando, assim, para o foco patrimonial uma contabilidade que possuía como norte o orçamento público. Estas são importantes para a implementação de dispositivos contidos na Lei n. 4.320 (1964), e na Lei Complementar (LC) n. 101 (2000) – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como: implementação de sistema de custos, ampliação de controle contábil sobre o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento governamental (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual – PPA), entre outros.

Além das NBCASP aprovadas pelo CFC, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elaborado em 2008 e, validada, em 2009. Por outro lado, pouco se sabe sobre as inovações implementadas no sistema de contabilidade pública brasileiro.

Com as legislações vigentes, uma ampla discussão sobre o processo de convergência da contabilidade pública na Academia ainda se faz necessária. De fato, as pesquisas na área da Contabilidade Pública contribuem para a visibilidade do processo de convergência, com destaque para as peculiaridades da Administração Pública brasileira, bem como para uma análise das desigualdades sociais e econômicas nas regiões geográficas a partir de dados contábeis, orçamentários e financeiros dos entes federados (Amaral, Bolfe, & Vicente, 2014; Braga & Bezerra, 2016; Cardoso, Aquino, & Bitti, 2011; Marques, Bezerra, & Caldas, 2020; Monteiro & Gomes, 2013; Rocha & Pinho, 2013).

Nesse contexto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: quais são as contribuições da produção científica brasileira sobre a convergência da Contabilidade Pública, considerando as regiões geográficas, a partir da publicação das NBCASP em 2008?

Diante do exposto e no intuito de responder à referida questão de pesquisa, o presente estudo teve por objetivo geral identificar as contribuições da produção científica brasileira, considerando as regiões geográficas, sobre a convergência da Contabilidade Pública no período 2008-2020, fazendo uso da base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e de anais de congressos nacionais da ciência contábil. E como objetivos específicos, têm-se os seguintes: a) Identificar os artigos aceitos em congressos brasileiros sobre a convergência da Contabilidade Pública brasileira; b) Analisar a metodologia aplicada nos artigos publicados sobre a temática em questão; c) Verificar os autores e as instituições de ensino mais recorrentes, por região geográfica; e, d) Verificar a temática mais investigada sobre a questão da convergência da Contabilidade Pública brasileira.

Nesse ínterim, as linhas que se seguem têm sua justificativa na necessidade de mapear as contribuições de pesquisas sobre o processo de convergência e como a Academia vem estudando o tema “contabilidade patrimonial na Administração Pública”, considerando a mudança nos procedimentos de contabilidade patrimonial e orçamentária, além de identificar a distribuição do volume publicado e as contribuições acadêmicas em Contabilidade Pública advindas de pesquisadores das cinco regiões geográficas do Brasil.

O presente artigo foi dividido em cinco seções, assim expostas: 1) Introdução; 2) Revisão de literatura, com a exposição de quadro teórico e empírico sobre a questão da convergência da Contabilidade Pública mundial e nacional; 3) Questões metodológicas; 4) Apresentação e discussão dos dados coletados na revisão; e, 5) Considerações finais e possíveis investigações futuras.

2 Referencial teórico

2.1 O contexto da convergência da Contabilidade aplicada ao setor público

2.1.1 A convergência globalizada

Para Nascimento (2007), a harmonização contábil refere-se à adequação da Contabilidade mundial aos fundamentos e às regras de uma norma ou de um grupo de normas ou às práticas contábeis internacionalmente existentes sob consenso, e não sob imposição. Com a Contabilidade Pública não é diferente, uma vez que a necessidade de comparação entre as finanças públicas das nações para a ocorrência de parâmetros que possibilitem analisar o desempenho de cada ente tem se tornado recorrente.

Tal harmonização é fruto da conjuntura econômica mundial – resultado dos constantes avanços tecnológicos e da proximidade dos usuários às informações contábeis. Nesse contexto, sua importância é pautada nos investidores, bancos, analistas de mercados e usuários contábeis em geral, que “direcionam-se aos mercados que conhecem e confiam, visando diminuir o risco do investimento e o custo do capital, proporcionando vantagens aos países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente” (Mapurunga, Meneses & Peter, 2011, p. 88).

A internacionalização da Contabilidade Pública teve início em 1977, com a criação da IFAC – instituição que nasceu com o propósito de fortalecer mundialmente a contabilidade do setor público, desenvolver normas contábeis de alta qualidade e servir de suporte para a devida adoção e aplicação das mesmas (Nascimento, 2007).

A IFAC é um organismo internacional, sem fins lucrativos e políticos. Entre suas atividades, vale destacar, está o desenvolvimento de normas para as seguintes áreas: educação, auditoria, ética e Contabilidade Pública. Entre os comitês da IFAC, merece atenção o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) – responsável pelo desenvolvimento de normas internacionais de contabilidade para o setor público.

Segundo Chan (2010), o programa de elaboração das IPSAS pela IFAC evoluiu em duas fases, quais sejam: 1) No período 1996-2002, o IPSASB importou normas contábeis e de relatório financeiro do setor privado (IASB) para o setor público, promovendo pequenas alterações; e, 2) A partir de 2003, o IPSASB teve como foco as questões próprias do setor público, como, por exemplo, tributos e orçamento para os relatórios financeiros. Nesse viés, o IPSASB segue um processo estruturado e público no desenvolvimento das IPSAS.

Todavia, para alguns autores, o IASB não tem como tomar conhecimento, de modo individualizado, dos fatores culturais e políticos de seus países-membros no decorrer da preparação das IFRS. Nesse caso, tem-se a afirmação de que não se devem esperar resultados ótimos na condução de padrões do IASB para países em desenvolvimento – que têm seu grupo distinto de usuários de informações, que operam dentro de um ambiente de diversidade cultural, social e política (Hopwood, 2000; Ngangan, Saudagaran & Clarke, 2005).

2.1.2 A convergência na América Latina

Muitas reformas da Administração Pública estão em andamento na América Latina, sobretudo, a implementação das IPSAS. As agências internacionais e multilaterais (Banco Mundial – BM ou Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por exemplo) podem influenciar as reformas contábeis. Tais organizações detêm ampla experiência em reformas públicas, contam com especialistas na implementação e no *design* das IPSAS e estiveram/estão envolvidas no *design* e na execução de normas para os relatórios financeiros governamentais (Adhikari, Kuruppu, & Matilal, 2013; Brusca, Gómez, & Montesinos, 2016).

Na Argentina, por exemplo, a partir da *Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas* (FACPCE), lograram-se muitos avanços com a finalidade de uniformizar as normas contábeis, além de possuírem outro órgão com tal viés: o *Consejo Emisor de Normas de Contabilidad y Auditoria* (CENCYA) (Brunozi *et al.*, 2017).

Na Colômbia, a reforma da contabilidade estatal teve início em 1991, se estendendo até a atualidade. Aqui, Tavares e Berretta (2006) apontam que a questão do processo de reforma da Administração Pública e da modernização das informações contábeis locais tem sido motivada por organizações multilaterais e internacionais, como, por exemplo, o BM (Modernização da Gestão de Finanças Públicas – MAFP) e o BID (implantação de Sistemas de Planejamento Estratégico e Inovações Orçamentárias). Aqueles autores ratificam os argumentos de Godfrey, Devlin e Merrouche (1996) sobre a importância dos estímulos externos para as reformas em questão (Villegas & Julve, 2012).

Apesar de não ser regulamentada, no Uruguai, a profissão contábil é organizada no âmbito do *Colegio de Contadores Economistas y Administradores*, que possui, entre suas atribuições, a missão de implementação a instalação de comissões que permitam o avanço da investigação e dos assessoramentos, facilitando, assim, o desenvolvimento cultural e técnico da profissão. Tal *Colegio* é responsável pela adoção das normas internacionais editadas pelo IASB. Ali, desde 2004, se tem o estabelecimento das IPSAS como padrão orçamentário, mas não para a contabilidade (Almeida & Lima, 2012).

2.1.3 A convergência no Brasil

A harmonização das IPSAS no Brasil depende de arcabouço legal. As principais legislações que estão vigentes e regem a contabilidade do setor público no Brasil são: Lei n. 4.320 (1964); Decreto-Lei n. 200 (1967); LC n. 101 (2000); Portaria n. 184 (2008), do Ministério da Fazenda (MF); Decreto n. 6.976 (2009); e, Lei n. 12.527 (2011) – Lei de Acesso à Informação (LAI). E no tangente ao regime de competência existem regras sobre a questão previstas na Lei n. 4.320 (1964) – a Administrações Públicas federal, estadual e municipal não adotavam as rotinas necessárias para a contabilização dos bens públicos.

Em 21 de novembro de 2008, foram aprovadas, em plenário, pelo CFC, as NBCASP, sedimentando em definitivo a migração do foco no orçamento para patrimônio pela Contabilidade Pública brasileira. Tem-se aí uma decisão de aproximação com a ciência contábil, passando todos os fatos administrativos – que antes eram examinados e registrados devido à origem no orçamento – a serem examinados e registrados por produzirem alterações em algum elemento patrimonial. Tal proposição já constava regulamentada no diploma legal desde 1964, pela Lei n. 4.320, sendo, atualmente, necessário um estudo minucioso dos artigos que tratam do processo de evidenciação contábil, em especial, daqueles a partir do art. 83 (Costa, 2019; Silva, 2008).

O Brasil, então, se comprometeu a convergir com as normas constituídas pela IFAC em suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Tal ação tem como objetivo “modernizar os procedimentos contábeis, proporcionando a geração de informações que sejam úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social” (Prado & Paiva, 2017, p. 164). Nesse contexto, as normas buscam maior transparência das ações estatais, em prol da harmonização e uniformização dos principais demonstrativos do setor público.

Com a criação do Grupo de Trabalho da Convergência em Contabilidade Pública (GTCP) em 2008, visando iniciar os trabalhos de tradução e internacionalização das normas internacionais, o CFC editou as 11 primeiras NBCASP: as NBCs T 16.1 a 16.11. Em 2009, tem-se a regulamentação das práticas contábeis no setor público com a edição do MCASP pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/MF. Com os avanços, em 2016, o CFC publicou a NBC TSP Estrutura Conceitual, que trata da estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (Castro, 2016; Costa, 2019; Sasso & Varela, 2018), em observância à sistematização da implementação das IPSAS no Brasil, envolvendo os principais atores institucionais (MF, STN e CFC) e os entes federados, conforme apresentado na Figura 1, a seguir.

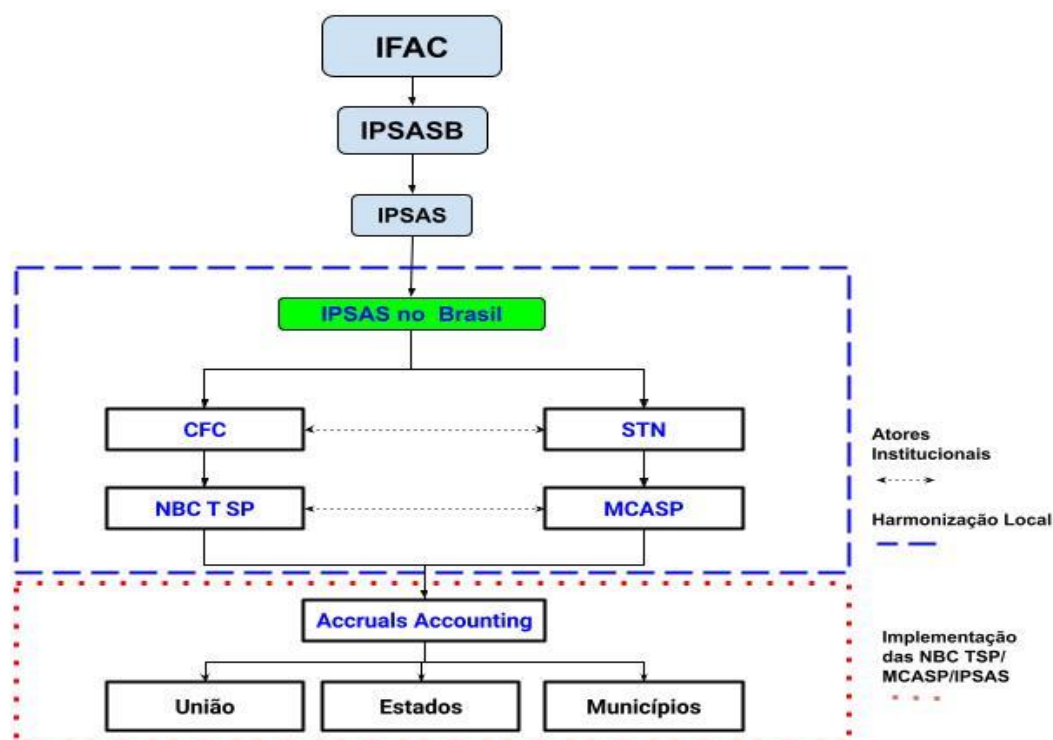


Figura 1. Institucionalização e fluxo de implementação das IPSAS no Brasil – período 2008-2021.
Fonte: Costa (2019).

Segundo Costa (2019), no Brasil, o processo de harmonização das IPSAS tem como fontes normativas as NBC TSPs publicadas pelo CFC. As regras de implementação foram definidas pela STN, contidas no MCASP. Ali se têm os procedimentos contábeis patrimoniais, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Em suma, a consolidação das contas nacionais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) se dá via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

É importante frisar que a STN fez ajustes no MCASP e promoveu audiências públicas sobre as principais mudanças. Na etapa final do ciclo, a STN, por intermédio do SICONFI, reuniu as informações financeiras de todos os entes federados para a validação dos procedimentos e a consolidação das demonstrações financeiras a base de “*accrual accounting*” (Costa, 2019). Nesse sentido, o presente estudo identificou algumas pesquisas que colaboraram com a apresentação da questão da convergência das normas internacionais de Contabilidade Pública (Callegario, Sauerbronn & Almeida, 2016; Costa, 2019; Costa, Tavassos, Libonati & Soares, 2011; Lima, Santana & Guedes, 2009; Macêdo, Gusmão, Silva, Ribeiro Filho, Pederneira & Feitosa, 2010; Monteiro & Gomes, 2013; Moura, Lima & Ferreira, 2012; Nascimento, 2008; Ravello, Marcuzzo & Frey, 2015; Prado & Paiva, 2017).

Segundo Prado e Paiva (2017), as principais mudanças na Contabilidade após as normas supramencionadas se referem: à gestão patrimonial das entidades; à inserção de subsistema de custos; ao estabelecimento de bases para o controle contábil dos planejamentos expostos em planos hierarquicamente interligados; ao estabelecimento de conceitos, natureza e tipicidade para melhor qualificação das operações; ao controle interno, que tratou da preservação do

patrimônio público e do controle das ações públicas, para exercício em todas as esferas de governo; entre outras.

É sabido que o Brasil vive um avanço na temática em questão desde 2008, uma vez que, anualmente, têm-se vários estudos de temas e metodologias diferentes. Nascimento (2008), por exemplo, analisou as minutas das primeiras NBCASP sob os aspectos da adequação aos princípios fundamentais contábeis, concluindo que a padronização é inevitável para uma completa adequação às normas internacionais, além da necessidade de uma inserção gradual das mudanças propostas, buscando um resultado consistente.

No comparativo dos ditames – Lei n. 4.320 (1964), e LC n. 101 (2000) – com as NBCASP para a verificação da adesão da legislação vigente aos critérios contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação, Lima, Santana e Guedes (2009) identificaram que apesar de se apresentarem como marcos da legislação contábil pública brasileira, os ditames de 1964 e 2000 não incorporaram, em sua essência, os fundamentos da Teoria da Contabilidade no tangente aos itens analisados, distanciando a *leges* da teoria contábil.

Macêdo *et al.* (2010) fez uso da estratégia indutiva para apreender as evidências via percepção dos auditores dos Tribunais de Contas (TCs), dos gestores e dos contadores públicos pernambucanos e paraibanos quanto à aplicabilidade dos conceitos *true and fair view* e *accountability* na Contabilidade Pública brasileira. Ali se tinha uma pesquisa bibliográfica respaldada pela aplicação de questionários estruturados a três grupos, alicerçados em uma estratégia teórico-empírica e referendados estatisticamente por testes do Qui-Quadrado e de Kruskal-Wallis.

Com o objetivo de analisar o regime de competência na contabilidade aplicada ao setor público, quanto ao reconhecimento dos restos a pagar não processados e das despesas de exercícios anteriores nos municípios brasileiros, Costa, Tavassos, Libonati e Soares (2011) analisaram os valores do ativo financeiro, do passivo financeiro, dos restos a pagar não processados e das despesas de exercícios anteriores coletados da base Finanças Brasil (FINBRA) no período 2002-2009. Eles concluíram que os menores municípios são menos regulares no envio dos dados que os maiores municípios.

Moura, Lima e Ferreira (2012) identificaram como o Brasil e a Espanha vêm conduzindo o processo de convergência no setor público em relação à estrutura de suas contas, tendo como referencial as IPSAS. Aqueles autores apontaram que a proposta estatal brasileira está mais alinhada aos padrões internacionais e que, comparativamente, há diferenças significativas entre esta e a proposta estatal espanhola.

Com o objetivo de discutir o regime de competência no Brasil, Monteiro e Gomes (2013), fazendo uso de pesquisas internacionais sobre o orçamento de competência, bem como de alguns documentos governamentais dos países que adotaram o orçamento por regime de competência, identificaram diferenças quanto ao registro de valores referentes a despesas não financeiras (por exemplo, a depreciação) e ao reconhecimento de passivos durante sua geração, ao invés de no momento de seu pagamento.

Ravanello, Marcuzzo e Frey (2015) propuseram analisar o processo de adequação dos municípios da Região Centro-Serra do Estado do Rio Grande do Sul às mudanças da contabilidade aplicada ao setor público. Como resultados, eles apontaram que os profissionais da área contábil ainda possuem pouco conhecimento sobre a complexidade das mudanças e que a aplicação dos novos procedimentos ainda não está sendo realizada.

Ao investigar se os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais influenciam na adoção das IPSAS em diferentes países, Callegario, Sauerbronn e Almeida (2016) evidenciaram que os países que têm intenção de adoção das mesmas podem ser explicados pela variação positiva das seguintes variáveis: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; quantidade de habitantes; origem de sistema legal anglo-saxão, socialista e francês; e, variação negativa das variáveis culturais.

Buscando uniformizar as práticas contábeis para a implementação das IPSAS no Brasil, a STN, em conjunto com o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou o PCASP – atualizado anualmente e publicado, exclusivamente, na *internet* (<http://tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>) para uso obrigatório no exercício seguinte. O novo PCASP – que é a estrutura básica da escrituração contábil para a consolidação das contas nacionais do Brasil – no Governo Federal foi adaptado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). No caso dos Estados e Municípios têm-se diversos sistemas informatizados; mas, em alguns casos, se faz uso do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM).

Nesse ínterim, o PCASP possui uma nova estrutura de contas Patrimoniais (circulantes, não circulantes e patrimônio líquido), contas de Resultado (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas), contas de Controle Orçamentário e contas de Controle de Atos Potenciais (controle de Devedores e controle de Credores) (Costa, 2019).

3 Método

Como viés metodológico, a presente pesquisa fez uso de revisão sistemática – métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais. Donato e Donato (2019) definem a revisão sistemática como uma investigação científica menos onerosa – uma investigação com métodos sistemáticos pré-definidos, que identifica metodicamente todos os documentos relevantes publicados e não publicados para uma questão de investigação, avalia a qualidade dos artigos, extrai os dados e sintetiza os resultados.

Nesse sentido, a divisão dos procedimentos metodológicos aqui empreendidos se deu em três etapas, a saber: 1) Mapeamento dos artigos, por palavras-chave; 2) Criação de um pequeno banco de dados, para extrair as informações essenciais dos artigos mapeados; e, 3) Construção de quadros, para apresentar os resultados da pesquisa.

A investigação teve início com uma análise exploratória para sondagem e localização dos artigos. Buscaram-se os congressos em Ciências Contábeis nos sítios dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis brasileiros, além de periódico no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Foram, então, selecionados 53 artigos em oito congressos cujas áreas temáticas tinham relação com a Contabilidade Pública, conforme apresentado na Tabela 1, a seguir.

Por conseguinte, para a localização dos artigos, definiu-se o período 2008-2020, sendo pesquisadas as áreas temáticas dos congressos, localizando-se aqueles que continham os termos “contabilidade pública”, “convergência”, “NBCASP” ou qualquer outro relacionado à convergência da Contabilidade Pública no Brasil.

Tabela 1
Congressos/Revistas com publicação de artigos em Contabilidade Pública – período 2008-2020.

<u>Congresso/Revista</u>	<u>Quantidade de Artigos</u>
USP <i>International Conference in Accounting</i> /Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade	12
Congresso UnB de Contabilidade e Governança & Congresso UnB de Iniciação Científica	7
Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade	10
Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	5
Congresso Nacional de Administração e Contabilidade	5
Congresso UFPE de Ciências Contábeis	1
Congresso ANPCONT	11
Congresso UFU de Contabilidade	2
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	3
Revista Estudos do CEPE	1
Revista RCO – Revista de Contabilidade e Organizações	3
Revista Ambiente Contábil	3
Revista Catarinense da Ciência Contábil	3
Revista Contabilidade & Finanças	2
Revista Contemporânea de Contabilidade	1
Revista Controle – Doutrina e Artigos	4
Revista de Administração Pública	5
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	1
Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações	1
Revista UNEMAT de Contabilidade	2
RIC – Revista de Informação Contábil	2
Total de artigos publicados em Congressos (53) e Revistas (34)	87

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, foram localizados 153 artigos no banco de dados do sítio da CAPES com base nos termos “Contabilidade Pública”, “convergência”, “NBCASP” ou qualquer outro relacionado à convergência da Contabilidade Pública no período 2008-2020. Destes, 34 artigos e 15 revistas foram selecionados por possuir relação com a temática proposta.

Em função disso, para a análise e o tratamento dos dados em planilhas, fez-se uso do programa Microsoft Excel. Os trabalhos coletados foram divididos por nome de congresso e revistas. Inicialmente, os dados coletados foram: título, autores, objetivo e vinculação acadêmica; posteriormente: palavras-chave, metodologia e tema. Para a elaboração da nuvem de palavras fez-se uso do sítio wordart.com.

4 Resultados e Discussão

Nas linhas que se seguem, em observância à descrição das informações coletadas, faz-se importante identificar os periódicos e suas vinculações acadêmicas. Nesse sentido, foram identificados 34 artigos publicados em 15 revistas científicas da área contábil, conforme exposto na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2
Revistas científicas com publicação de artigos em Contabilidade Pública – período 2008-2020.

<u>Revista</u>	<u>Qualis</u>	<u>Quantidade de Artigos</u>	<u>Responsável</u>
RCO – Revista de Contabilidade e Organizações	A2	3	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto
Revista Contabilidade & Finanças	A2	2	Universidade de São Paulo
Revista Contemporânea de Contabilidade	A2	1	Universidade Federal de Santa Catarina
Revista de Administração Pública	A2	5	Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Contabilidade, Gestão e Governança	B1	3	Universidade de Brasília
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1	2	Academia Brasileira de Ciências Contábeis
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	3	Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2	1	Universidade do Estado da Bahia
Estudos do CEPE	B3	1	Universidade de Santa Cruz do Sul
Revista Ambiente Contábil	B3	3	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	1	Universidade Federal da Paraíba
Revista Controle – Doutrina e Artigos	B4	4	Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)
Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações	B4	1	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI
Revista UNEMAT de Contabilidade	B4	2	Universidade do Estado de Mato Grosso
RIC – Revista de Informação Contábil	B5	2	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: Elaboração própria.

Tal amostra contou com quatro periódicos com Qualis A2, sendo a *Revista de Administração Pública* específica para assuntos da Administração Pública. No entanto, a *Revista Contemporânea de Contabilidade*, mesmo possuindo um excelente QUALIS, não apresentou informações detalhadas em seu escopo sobre a sua área de interesse. As outras duas revistas A2 colocaram como tema central ou subtema o interesse em artigos do setor público, ensejando àqueles que desejam submeter seus trabalhos em revistas de alta qualidade.

Os escopos dos periódicos *Contabilidade, Gestão e Governança*, *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade* e *Revista Controle – Doutrina e Artigos* apontam chamamento específico para a Contabilidade Pública, sendo mais benéfico para os autores submeterem suas pesquisas em revistas que apresentam interesse direto para a sua área estudada.

Diante do exposto, dos 34 artigos supramencionados, 32% foram publicados em revistas A2, sendo artigos de excelência internacional, 14 artigos foram publicados em periódicos considerados de média relevância e nove artigos detêm excelência nacional. Aqui foi possível observar algum equilíbrio sobre a temática nos periódicos, sendo a *Revista de Administração Pública*, A2, a maior interessada em publicações sobre a questão da convergência contábil no setor público, conforme exposto na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3

Metodologias e palavras-chave das pesquisas em Contabilidade Pública – período 2008-2020.

<u>Tema</u>	<u>Metodologia</u>	<u>Palavras-chave</u>
Convergência/Harmonização	Qualitativa (29) Quantitativa (14) Quali-Quantitativa (9)	Contabilidade pública (16); IPSAS (9); Setor público (7); NBC T SP (7); Convergência (6); Processo de convergência (5); Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública (5); Contabilidade Aplicada ao Setor Público (5).
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Qualitativa (17) Quantitativa (1) Quali-Quantitativa (0)	Setor público (5); Contabilidade pública (3); Contabilidade Aplicada ao Setor Público (3); Patrimônio público (2); Padrões Contábeis Internacionais (2); NBCASP (2); IPSAS (2); Estrutura Conceitual (2); Ativo Intangível (2); Ativo Imobilizado (2).
Regime de Competência	Qualitativa (2) Quantitativa (5) Quali-Quantitativa (1)	Regime de Competência (6); Setor público (3); Contabilidade pública (3); Informação contábil (2); Contabilidade por competência (2); Regime contábil (1).
Custos do Setor Público	Qualitativa (2) Quantitativa (1) Quali-Quantitativa (1)	Custos (2); Custos no setor público (1); NBC T 16.11 (1); Sistema de Informação de Custos (1); Modelos de SICSP (1); Contabilidade Pública (1); Orçamento (1); Setor público (1).

Nota. Fonte: Elaboração própria.

A convergência da Contabilidade Pública pode ser dividida em vários temas e abordagens diferentes. Nesse sentido, a presente pesquisa foi dividida em quatro grandes temas centrais, a saber: 1) Convergência/Harmonização; 2) NBCASP; 3) Regime de Competência; e, 4) Custos do Setor Público. Por outro lado, faz-se importante analisar tais temáticas em cada ente federado brasileiro. Assim, Costa *et al.* (2011) pesquisaram a convergência da Contabilidade Pública em municípios e concluíram que os maiores municípios têm maior transparência das informações contábeis e financeiras do que os menores municípios – o que

permite melhor análise de informações sobre os valores do ativo financeiro, do passivo financeiro, dos restos a pagar não processados e das despesas de exercícios anteriores.

A temática “Convergência/Harmonização” tem relação com a história, pois, os artigos buscam informar, divulgar e analisar como a convergência está sendo implementada e seus impactos na Contabilidade Pública, além de demonstrar como os servidores públicos estão se adaptando à nova contabilidade. Percebeu-se que grande parte de seus artigos são qualitativos, buscando compreender o fenômeno em caráter subjetivo, ou seja, a convergência contábil no setor público de modo aprofundado.

Na pesquisa de Moura *et al.* (2012), que comparou Brasil e Espanha no tocante à implementação das IPSAS, tem-se que o processo de convergência brasileiro está alinhado ao modelo internacional. Em outras palavras, as NBCASP destacam as mudanças específicas no setor público (ativos, passivos, receitas, entre outras). Logo, as IPSAS e as NBC T SP possuem relevância entre as temáticas estudadas, pois, a última é uma tradução, com a devida adaptação ao contexto cultural, incluindo modificações específicas para o Brasil.

O Regime de Competência também merece destaque em observância à mudança de uma contabilidade orçamentária – Lei n. 4.320 (1964) – para uma contabilidade patrimonial, que atende a convergência internacional. A utilização do regime de competência na Contabilidade Pública denotou bastante interesse na pesquisa qualitativa, utilizada como via de identificação do impacto que ela teria/tem nas organizações. Em sentido mais amplo, por intermédio de pesquisas internacionais, Monteiro e Gomes (2013) indicam que a convergência às IPSAS impactaram nos registros sobre a depreciação e reconhecimento de passivos.

O tema “Custo do Setor Público”, mesmo possuindo apenas cinco artigos, tem seu destaque na convergência contábil, pois não existia uma legislação ou norma para identificar os custos no setor público. A partir da NBC T SP 16.11, teve início a elaboração de sistemas de informação de custos. Logo, o setor público passou a perceber tal temática com maior atenção.

Em função disso, tais achados podem ser relacionados com o estudo de Ravello *et al.* (2015), que identificaram que os contadores públicos detêm pouco conhecimento sobre as mudanças e a aplicação de novos procedimentos da Contabilidade Pública. Nesse sentido, as palavras-chave como, por exemplo, “Contabilidade Pública” e “setor público” são recorrentes em todos os temas, evidenciando a necessidade de apresentar ao usuário/leitor a concentração da pesquisa.

Sobre os Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, foram identificados 21 cursos nas pesquisas selecionadas, sendo sete cursos pertencentes à Região Sul do Brasil, divididos em 13 Instituições de Ensino Superior (IESs). Aqui vale salientar que poucos programas possuem uma linha específica de Contabilidade Pública; mas, os programas possuem professores que pesquisam a área em questão, sendo quatro programas de nota 5 e um de nota 6 – as maiores notas. Nesse contexto, o Brasil possui diferenças regionais referentes à pobreza e à concentração de renda. Logo, isso também se dá produção científica na área da Contabilidade Pública. Na Tabela 4, a seguir, têm-se as desigualdades regionais no volume da produção acadêmica em Contabilidade Pública.

Tabela 4

Distribuição geográfica das pesquisas em Contabilidade Pública no Brasil – período 2008-2020.

<u>Região</u>	<u>Vínculo Acadêmico</u>	<u>Quantidade de Artigos por Autor(es)</u>	<u>Autores</u>	<u>Total de Artigos</u>
Nordeste	UFC; UFPE; UEPB; UFRPE; UEFS; UFPB; UNIVASF; IESF;	1	Araújo & Leitão, 2018; Araújo & Lima, 2018; Barbosa, Silva, Alves, & Albuquerque, 2015; Carlos, Façanha, Rebouças, & Guimarães, 2018; Cavalcante, Aquino, Israel, & Ceolin,	20

	UFMA; UECE; UFCG; UFRN		2017; Costa, Travassos, Libonati, & Soares, 2011; Fragoso <i>et al.</i> , 2012; Fragoso, Ribeiro Filho, Lopes & Pederneiras, 2010; Macêdo <i>et al.</i> , 2010; Meneses & Peter, 2012; Monteiro & Leitão, 2018; Monteiro, Pereira, & Pereira, 2014; Moreira, Corrêa, & Alencar, 2015; Mulatinho <i>et al.</i> , 2014; Nascimento, Almeida, & Viotto, 2019; Nassif, Lima & Gonçalves, 2019; Oliveira, 2012; Rocha & Pinho, 2013; Santos & Souza, 2019; Silva & Silva, 2019.	
Centro-Oeste	UnB; UNEMAT; FORTIUM; UNINASSAU	1	Almeida & Lima, 2016; Almeida, Santana, & Lima, 2015; Alves, Canan, & Lima, 2015; Amaral & Lima, 2013; Botelho & Lima, 2015; Câmara & Lima, 2017; Halik, 2015; Lima, Lima, & Gonçalves, 2017; Lima, Santana, & Guedes, 2009; Maldonado, Leandro, Silva, & Oliveira, 2015; Monteiro & Gomes, 2013; Moura, Lima, & Ferreira, 2012; Pansani, Oliveira, & Lima, 2017; Raad, Santos, Vieira, & Niyama, 2020; Santana, 2015; Zitkoski & Lima, 2020.	16
		2	Lima & Lima, 2019; Sousa, Vasconcelos, Caneca, & Niyama, 2012	4
Sudeste	FUCAPE; UFES; FECAP; UFRJ; UNIFESP; Faculdade Metodista Izabela Hendrix; USP; UFU; UFMG; FGV; UERJ	1	Borges, Mario, Cardoso, & Aquino, 2010; Braga & Bezerra, 2016; Cabral & Andrade, 2017; Callegario, Sauerbronn, & Almeida, 2016; Cardoso, Aquino, & Bitti, 2011; Carvalho, Costa, & Oliveira, 2010; Cruz, Santos, Oliveira, & Varela, 2016; Diniz, Silva, Santos, & Martins, 2015; Gama, Duque, & Almeida, 2014; Marques, Bezerra, & Caldas, 2020; Nascimento, Santos, Zittei, & Arnosti, 2015; Rezende, Cunha, & Bevilacqua, 2010; Salaroli & Almeida, 2014; Salaroli, Almeida, & Gama, 2015; Santanna & Dalmonech, 2020; Santos, Silva, Silva, & Sauerbronn, 2019; Sasso & Verela, 2018; Scorvo & Teles, 2017; Silva & Sauerbronn, 2013; Toledo, 2013; Viana, 2013; Xavier & Silva, 2017.	22
		2	Calado & Teixeira, 2016.	2
Sul	UNISINOS; UFSC; UNIPAMPA; UNIOESTE; UNESPAR; UFRGS; UTFPR; FURB; FUSC; UEM; UNIPAR; UFPR; UNISC	1	Amaral & Borba, 2012; Amaral, Bolfe, & Vicente, 2014; Bosi, Smania, Petri, & Martins, 2015; Calegari, Righes, Bortoluzzi, & Schvirck, 2015; Cavichioli, Fiirsr, & Dall'Astra, 2016; Darós & Pereira, 2009; Kronbauer & Barbosa, 2017; Macêdo & Klann, 2014; Martins & Peixe, 2019; Moraes, Gelatti, Mirek, & Ribas, 2018; Moraes & Platt Neto, 2011; Nascimento, 2008; Pizio, Moschetta, & Vendruscolo, 2020; Ravanello,	22

			Marcuzzo, & Frey, 2015; Ribeiro <i>et al.</i> , 2020; Rodrigues, Silva, & Mareth, 2019; Sallaberry & Vendruscolo, 2011; Santos & Peixe, 2020; Soares & Scarpin, 2010; Söthe & Scarpin, 2010; Souza & Carvalho, 2012; Vega <i>et al.</i> , 2013.	
Norte	UNIR	1	Carneiro & Silva Neto, 2015	1
Total				87

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Mesmo apresentando muitos autores, a Região Sul não possui continuidade em pesquisas na temática “Contabilidade Pública”, pois apenas cinco autores possuem mais de um artigo na amostra. De fato, a pouca quantidade de autores e interesse na pesquisa do tema em questão é decorrente do foco dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis em outras linhas de pesquisa da área (gerencial e financeira). Nesse sentido, o mesmo ocorre na Região Sudeste, com exceção de dois autores que possuem mais de três artigos.

A Região Sudeste detém a maior quantidade de programas; mas, é apenas a terceira em números de autores. Possuindo o melhor Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) não dá amostras de incentivo direto para a pesquisa no setor público, pois, suas linhas de pesquisas têm como norte os vieses gerencial e financeiro da Contabilidade. Por outro lado, a FUCAPE Business School e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) detém grande parte dos artigos e autores com maior quantidade de estudos da temática na Região Sudeste, mesmo com Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis mais recentes, com linhas de pesquisa na área governamental.

A Região Centro-Oeste, mesmo sendo a segunda menor das regiões brasileiras, possui um curso de pós-graduação com linha específica para o setor público na Universidade de Brasília (UnB), sendo detentora da liderança de autores e da maior quantidade de continuação da pesquisa, com destaque para a pesquisadora Diana Vaz de Lima, com 12 artigos publicados.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) da UnB possui pesquisas aplicadas ao setor público em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2000, quando da criação do Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Na ocasião, seu surgimento foi uma via de ampliação da oferta de programas da área contábil para além do eixo Sul-Sudeste.

Mesmo com o incentivo da UnB, a Região Nordeste possui apenas dois autores com três artigos cada. A UFPB, por exemplo, detém uma linha de pesquisa específica de informação contábil para o setor público, com apenas um autor de destaque – feito que pode ser percebido pela falta de interesse dos pesquisadores na convergência contábil pública.

Em seu espaço, a Região Norte possui apenas um artigo e dois autores – reflexo da deficiência de Programas de Pós-Graduação ali identificada, pois, os mais próximos se encontram na Região Nordeste. Sobre a questão, vale destacar a ação do *campus* Ribeirão Preto da USP, que está lançando seu primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER) como via de promoção da qualificação dos recursos humanos, da formação de doutores, da criação de novos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e da cooperação entre instituições de ensino e pesquisa.

Diante do exposto, as diferenças geográficas outrora expostas podem ser analisadas para além da história da formação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis no Brasil. Em função disso, o estudo de Callegario *et al.* (2016), que investigou os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais da implementação das IPSAS, dialogam indiretamente com

os achados da presente pesquisa, tendo em vista que a Região Norte, por exemplo, em 12 anos de análise, tem sua representação somente por dois pesquisadores e um artigo publicado – o que indica a necessidade urgente dos demais Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Brasil contribuírem para o fortalecimento das pesquisas em contabilidade pública na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Estados da Região Norte); Mato Grosso (Estado da Região Centro-Oeste); e, parte significativa do Estado do Maranhão (Região Nordeste)).

5 Considerações Finais

Cumprir acentuar que, sobre a convergência da Contabilidade Pública, a presente pesquisa analisou os artigos existentes na base de dados da CAPES e em anais de congressos nacionais, vinculados a Programas de Pós-Graduação, da área de Ciências Contábeis, ou seja, 87 artigos relacionados no período 2008-2020.

Como resultado, 32% dos trabalhos publicados em periódicos foram em revistas com Qualis A2, considerados de excelência internacional, mesmo possuindo 14 artigos publicados em periódicos com menor Qualis. Vale destacar que a *Revista de Administração Pública* detém a maior quantidade de artigos sobre a temática estudada.

De fato, os estudos sobre a convergência contábil e sua harmonização foram os mais recorrentes publicados pelos pesquisadores, buscando desenvolver um entendimento mais profundo sobre a questão. Por outro lado, a pesquisa qualitativa correspondeu a aproximadamente 60% dos trabalhos. Nesse sentido, é preciso salientar que o tema “custo aplicado ao setor público” necessita ser mais bem explorado, sendo correspondente a apenas quatro trabalhos. Como se tem aí uma via de pesquisa ainda em desenvolvimento, é de se esperar que pesquisas futuras contemplem tal temática, sendo também considerados temas emergentes o estudo do patrimônio, do passivo e dos restos a pagar.

Os Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis são os grandes responsáveis pela pesquisa e pelo interesse dos pesquisadores na convergência da Contabilidade no setor público. No entanto, poucos apresentam linhas de pesquisa destinadas à Contabilidade Pública. Sobre a questão, o destaque está nos Programas de Pós-Graduação do eixo Sul-Sudeste-Centro-Oeste brasileiro. Logo, as Regiões Sul e Sudeste, mesmo possuindo os melhores cursos de pós-graduação, não contam com muitas pesquisas e continuidades dos trabalhos no viés de Contabilidade Pública.

No empreender da presente pesquisa, as desigualdades regionais no volume da produção acadêmica em Contabilidade Pública foram evidentes, tendo em vista que a Região Norte figura no mapeamento realizado somente com uma publicação no período supramencionado, vinculada a dois pesquisadores. Assim, tem-se ali a necessidade de algum apoio dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis mais consolidados para o desenvolvimento da referida temática.

Diante do exposto, foi possível notar que os pesquisadores ainda possuem um longo percurso no empreendimento das pesquisas sobre a questão da convergência da Contabilidade no setor público às IPSAS. Nesse sentido, novas pesquisas devem ser incentivadas, promovendo a formação e qualificação dos contadores públicos.

Para pesquisas futuras, tem-se como sugestão a análise de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis, a fim de averiguar a exploração da temática em comento.

Referências

Adhikari, P., Kuruppu, C., & Matilal, S. (2013). Dissemination and institutionalization of public sector accounting reforms in less developed countries: A comparative study of the Nepalese and Sri Lankan central governments. *Accounting Forum*, 37(3), 213-230.

Almeida, L. M., & Lima, D. V. (2012). Características determinantes no processo de convergência da Contabilidade Pública nos Estados-membros do MERCOSUL. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica*, São Paulo, SP, Brasil, 9.

Amaral, N. A. L. A., Bolfe, C., & Vicente, E. F. R. (2014). Estudos sobre o regime de competência no setor público brasileiro: Os desencontros da discussão acadêmica. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(40), 20-36.

Braga, I. A., & Bezerra, J. E., Filho. (2016). Convergência às NBCASP e ao MCASP: Um estudo sobre os municípios pernambucanos em 2014. *Anais do Congresso ANPCONT*, Ribeirão Preto, SP, Brasil, X.

Brunozi, A. C., Jr., Ott, E., Coelho, D. M., Menegat, L. A., & Webber, F. L. (2017). Persistência e *value relevance* dos resultados contábeis com a adoção das IFRS: Um estudo em empresas de países do GLENIF. *Enf.: Ref. Cont.*, 36(3), 33-51.

Brusca, I., Gómez, M., & Montesinos, V. (2016). Public financial management reforms: The role of IPSAS in Latin-America. *Public Administration and Development*, 36(1), 51-64.

Callegario, J. B., Sauerbronn, F. F., & Almeida, J. E. F. (2016). Análise da influência de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais na adoção das IPSAS por diferentes países. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração*, Costa do Sauipe, BA, Brasil, 40.

Cardoso, R. L., Aquino, A. C. B., & Bitti, E. J. S. (2011). Reflexões para um *framework* da informação de custos do setor público brasileiro. *RAP*, 45(5), 1565-1586.

Castro, M. C. C. S. (2016). *Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público aos padrões internacionais: Análise da evidenciação pelos Estados brasileiros e pelo Distrito Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Chan, J. L. (2010). As NICSPS e a contabilidade governamental de países em desenvolvimento. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4(1), 1-17.

Costa, A. J. B. (2019). Harmonization of IPSAS in Latin America: Which stage is the Brazilian public sector accounting? *Anais da Biennial CIGAR Conference in Amsterdam*, Amsterdã, Holanda, 17.

Costa, J. I. F., Tavassos, S. K. M., Libonati, J. J., & Soares, V. S. (2011). Regime de competência aplicado ao setor público: Análise no reconhecimento dos restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores dos municípios Brasileiros. *Anais do Congresso ANPCONT*, Brasil, 5.

Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Med. Port.*, 32(3), 227-235.

Godfrey, A., Devlin, P., & Merrouche, M. (1996). Governmental accounting in Kenya, Tanzania and Uganda. In Chan, J. L. (Ed.). *Research in Governmental and Nonprofit Accounting* (Vol. 9, pp. 193-208).

Hopwood, A. G. (2000). Understanding financial accounting practice. *Accounting, Organizations and Society*, 25(8), 763-766.

Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. (1964). Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. (2000) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Lima, D. V., Santana, C. M., & Guedes, M. A. (2009). As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a legislação contábil pública brasileira: Uma análise comparativa à luz da teoria contábil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(2), 15-23.

Macêdo, J. M. A., Lopes, J. E. G., Silva, L. M., Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M., & Feitosa, M. G. G. (2010). Convergência contábil na área pública: Uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos. *RCO - Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(8), 69-91.

Mapurunga, P. V. R., Meneses, A. F., & Peter, M. G. A. (2011). O processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade: Uma realidade nos setores privado e público Brasileiros. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 9(1), 87-107.

Marques, L. R., Bezerra, J. E., Filho, Caldas, O. V. (2020). Contabilidade e auditoria interna no setor público: Percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, 1-12.

Monteiro, B. R. P., & Gomes, R. C. (2013). Experiências internacionais com o orçamento público por regime de competência. *R. Cont. Fin.*, 24(62), 103-112.

Moura, P. A. A., Lima, D. V., & Ferreira, L. O. G. (2012). Plano de contas e convergência aos padrões internacionais: Estudo comparativo entre as propostas dos governos Brasileiro e Espanhol. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 15(1).

Nascimento, L. S. (2007). *A reforma da contabilidade governamental Brasileira: A necessária revisão dos preceitos vigentes em face das demandas de informações e do esforço de harmonização nacional e internacional*. Monografia de especialização, UDF Centro Universitário, Brasília, DF, Brasil.

Nascimento, L. S. (2008). A elaboração das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: análise à luz dos princípios contábeis. *Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*, Florianópolis, SC, Brasil, 2.

Ngangan, K., Saudagaran, S. M., & Clarke, F. L. (2005). Cultural influences on indigenous users' perceptions of the importance of disclosure items: Empirical evidence from Papua New Guinea. *Advances in International Accounting*, 18, 27-51.

Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2021). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
 Portaria MF n. 184, de 25 de agosto de 2008. (2008). Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Prado, J. D., & Paiva, A. A. (2017). Convergência da contabilidade pública às normas internacionais. *Negócios em Projeção*, 8(1), 161-174.

Ravanello, M., Marcuzzo, J. L., & Frey, M. R. (2015). Análise da adequação dos municípios às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. *Revista do CEPE*, 42, 114-131.

Rocha, J. P. V., & Pinho, V. G. (2013). A nova Contabilidade Pública e a mensuração das receitas tributárias sob o enfoque patrimonial: Perspectivas para a atuação dos Tribunais de Contas no controle da renúncia fiscal. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 11(2), 63-79.

Sasso, M., & Varela, P. S. (2018). Adoção das normas de contabilidade oriundas do processo de convergência às IPSAS: Respostas estratégicas de governos estaduais. *USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, XVIII.

Silva, L. M. (2008). Contabilidade Pública: Ênfase no patrimônio x questão da legalidade. *Seminário Regional de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público*.

Tavares, M., & Berretta, N. (2006). Sistemas de Planeación Estratégica e Innovaciones Presupuestarias. *Informe*, Banco Interamericano de Desarrollo.

Villegas, M. G., & Julve, V. M. (2012). Las innovaciones em contabilidade gubernamental em Latinoamérica: El caso de Colombia. *Rev. Innovar*, 22(45), 17-35.